

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.728.878 - PR (2018/0053474-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : HENRY FREYHARDT  
**RECORRENTE** : ONILZA DE LIMA FREYHARDT  
**ADVOGADOS** : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
PR018294  
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694  
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427  
JAQUELINE ESTEVES MOLEIRINHO - PR053973  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - PR042761

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO CAUTELAR. CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS E HIPOTECÁRIAS.

SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL.

APELAÇÃO (01). REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. POSSIBILIDADE.

MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DO "PACTA SUNT SERVANDA" EM PROL DOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO CDC. OS PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA DA VONTADE E DA LIBERDADE DE CONTRATAR DEVEM SER INTERPRETADOS EM CONJUNTO COM OS PRINCÍPIOS DA BOA -FÉ OBJETIVA E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. SUBMISSÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA 297/STJ.

CÉDULA RURAL. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS EM 12% AO ANO.

INEXISTÊNCIA, NO CASO, DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL PARA A COBRANÇA DE JUROS ACIMA DE 12% AO ANO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS EM 12% AO ANO EM RELAÇÃO A DOIS CONTRATOS, PORQUANTO NOS DEMAIS A TAXA NÃO EXCEDEU A TAL PERCENTUAL.

APELAÇÃO (02). ALONGAMENTO DA DÍVIDA.

IMPOSSIBILIDADE. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS.

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA FORMULAÇÃO DE PEDIDO ADMINISTRATIVO TEMPESTIVO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA EM CÉDULA DE CRÉDITO RURAL.

PRECEDENTES ESPECÍFICOS DO STJ.

CONFIRMAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR EM RELAÇÃO ÀS OPERAÇÕES NAS QUAIS HOVE A COBRANÇA ABUSIVA DE ENCARGOS NO PERÍODO DE NORMALIDADE CONTRATUAL.

POSSIBILIDADE, CONTUDO, DE INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS CONTRATOS. MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS PARA R\$ 100.000,00, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, DO NCPC, ENGLOBANDO O TRABALHO REALIZADO NOS TRÊS PROCESSOS. RECURSO DE APELAÇÃO (01) PARCIALMENTE PROVIDO.

RECURSO DE APELAÇÃO (02) PARCIALMENTE PROVIDO.

Os recorrentes sustentam que o acórdão é contraditório; possuem direito ao alongamento da dívida rural; a mora dos devedores se revela desconfigurada; decaíram de parte mínima, devendo a instituição financeira arcar com a totalidade dos ônus de sucumbência.

Quanto à alegada violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, sem razão o recorrente, haja vista que enfrentadas fundamentadamente todas as questões levantadas pela parte, porém em sentido contrário ao pretendido, o que afasta a invocada declaração de nulidade. Além disso, não se vislumbra contradição quando o acórdão não entende necessária a fixação de multa cominatória, motivadamente, aduzindo que não há nos autos indício algum de que a instituição financeira teria inscrito os autores em cadastros de devedores.

O julgado estadual indeferiu o pedido de alongamento (prolongamento) da dívida rural, tendo em vista que o executado não cumpriu as exigências previstas na legislação específica. A revisão do acórdão recorrido, quanto a esse aspecto, só se faz possível com reexame da matéria fática da lide, o que inviabiliza o recurso especial por força do enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. ALONGAMENTO. PRORROGAÇÃO DA DÍVIDA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO DA DEMANDA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. MULTA MORATÓRIA.

1. Apesar de ser direito do devedor, nos termos da Lei 9.138/1995, para o alongamento das dívidas originárias de crédito rural é necessário preencher requisitos legais, que são aferidos pelas instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Precedentes.

2. O Tribunal de origem constatou que não houve estipulação de multa moratória no patamar de 10%, tema em relação ao qual o recurso especial é inviável por falta de interesse da parte.

3. Nos termos da Súmula 93 do STJ, nos contratos de crédito rural admite-se a pactuação de cláusula que preveja a capitalização mensal de juros.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 959141/MS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA)

Outrossim, no que se refere à caracterização da mora, a Corte de origem assim decidiu (fls. 1.659/1.660 e-STJ):

Não há que se falar, na hipótese, em descaracterização da mora, porquanto os valores a serem abatidos, em relação ao período de normalidade contratual, não são significativos.

Consoante previamente esclarecido, houve a cobrança de encargos remuneratórios em percentual acima de 12% ao ano em somente duas avenças, quais sejam: operação nº 15/17029-2 - subcrédito A e nº 15/37981-7 (Autos nº 0008920-90.2009.8.16.0174, mov. 104.1, fl. 24).

Na operação nº 15/17029-2 - subcrédito A, houve, no período de normalidade contratual, a cobrança de juros entre 7,53% a.a. e, no máximo, 15,95% a.a.

E na operação nº 15/37981-7, houve, no referido período, a cobrança de juros entre 3,98% a.a. e, no máximo, 12,63% a.a.

Como se vê, as cobranças dos encargos remuneratórios, no período de normalidade dos contratos, ficaram próximas ao patamar legal de 12% a.a., excedendo-o, no máximo, em 3,95% a.a.

Entretanto, tal diferença não é significativa, não se justificando, no

caso, a descaracterização da mora, com todas as consequências daí advindas.

Com efeito, a Corte de origem entendeu que os juros remuneratórios variáveis, na média, não representaram impacto a ponto de justificar a mora dos devedores. A conclusão do Tribunal revisor foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

Quanto ao grau de sucumbência, nos termos da jurisprudência desta Corte, a verificação da sucumbência recíproca ou em parte mínima estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve o reexame do contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula n. 7 do STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS. MULTA ESTABELECIDADA EM CONTRATO PARA O CASO DE PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL. SÚMULAS n. 5 E 7/STJ. LEGALIDADE DA RESTRIÇÃO AO DIREITO DE AÇÃO. TESE NÃO DEBATIDA PELA ÚLTIMA INSTÂNCIA ESTADUAL. SÚMULAS N. 282 E 356/STF. GRAU DE SUCUMBÊNCIA. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES.

1. A conclusão do acórdão estadual acerca da incidência da multa contratual decorreu da análise do instrumento contratual. Súmulas n. 5 e 7/STJ.

2. A tese relativa à legalidade da cláusula contratual que prevê restrição ao direito de ação não foi debatida pela última instância estadual, não havendo, por isso, que se falar em causa decidida, conforme exigido pelo art. 105, III, da Constituição Federal. Súmulas n. 282 e 356/STF.

3. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 371.701/MG, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 16/03/2016)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora